

# Diário do Acionista

ANO VIII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quinta-feira, 23 de maio de 2024 • Nº 1809 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

## FAKE NEWS

### Moraes volta a defender regulação de redes sociais

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre de Moraes, disse ontem, que as redes sociais precisam ser reguladas e que, para isso, não é necessário a criação de um código extenso, apenas um "artigo na lei ou uma interpretação do Supremo Tribunal Federal". A fala fez parte do encerramento do Seminário Internacional: Inteligência Artificial, Democracia e Eleições, realizado no TSE Segundo o magistrado, a solução para os problemas como a desinformação e os crimes virtuais é simples: as mesmas regras existentes hoje para o mundo real precisam contemplar o ambiente digital. E, para isso, "essa é a regra que deve valer: liberdade com responsabilidade, com a mesma idêntica responsabilidade que existe no mundo real para o mundo virtual", explica. Ele argumenta que a falta de responsabilização e identificação dos usuários da internet geram diversos problemas, como o ataque à democracia e o ataque à dignidade das pessoas. Para Moraes, as redes sociais apresentam potencial problema por causa da maneira que são usadas. Segundo ele, há um descontrole intencionalmente planejado. "Não é um descontrole total e absoluto anárquico, é um descontrole total e absoluto dirigido. Esse é o grande perigo", afirma. Segundo o magistrado, caso essa desordem fosse anárquica, haveria problemas, porém menos que os existentes hoje. **PÁGINA 5**

## SÃO PAULO

### Programa de Moradia de Nunes é suspenso

**PÁGINA 4**

## GUERRA NO ORIENTE

### Três países da UE apoiam Estado do povo palestino

**PÁGINA 6**

## RECURSOS

# Governo Lula libera R\$ 2,9 bi bloqueados do Orçamento

Beneficiado pela liberação de R\$ 15,8 bilhões em gastos, o governo liberou os R\$ 2,9 bilhões do Orçamento Geral da União bloqueados em março. A reversão do bloqueio consta do Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, divulgado ontem pelo Ministério do Planejamento. O aumento do teto de gastos em R\$ 15,8 bilhões foi incluído como "jabuti" (emenda não relacionada ao tema do texto

original) na lei que retomou a cobrança do Seguro Obrigatório para Proteção de Vítimas de Acidentes de Trânsito (Dpvt). O dinheiro permitiu ao governo ampliar o limite de gastos do novo arcabouço fiscal porque as estimativas de receitas vieram acima do previsto no segundo bimestre, conforme previsto no Artigo 14 da Lei do Novo Marco Fiscal. **PÁGINA 2**

## RECADO AO BC



LULA MARQUES/ABRASIL

# Haddad afirma que inflação no Brasil está 'sob controle'

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (foto), afirmou, ontem, em Brasília, que a economia brasileira está gerando empregos com baixa inflação e que os ruídos sobre a política econômica do governo "vão desaparecer porque foram patrocinados, não são reais". "Tem interesses por trás disso", disse, destacando que os principais indicadores de inflação e desemprego estão positivos. "A impressão que dá é que tem um fantasma fazendo a cabeça das pessoas e prejudi-

cando o nosso plano de desenvolvimento", acrescentou. Haddad participou de audiência na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados para tratar de assuntos relacionados à sua pasta. "Esse ruído não está fazendo bem para a economia brasileira e não tem amparo nos dados. Porque estamos com baixa inflação, o rendimento do trabalho subiu no ano passado e isso não gerou inflação", disse Haddad. **PÁGINA 3**

## PROGRAMA

# Voa Brasil é adiado devido as enchentes no RS

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, anunciou ontem, novo adiamento do programa Voa Brasil, argumentando que a razão, agora, é devido às enchentes que afetam o Rio Grande do Sul. A declaração foi feita durante entrevista ao programa Bom Dia, Ministro, uma co-produção entre a Secretaria de Comunicação Social (Secom) da Presidência da República e a Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Na entrevista, o ministro pontuou que, embora o programa - originalmente pensado para oferecer passagens aéreas a R\$ 200 - esteja pronto, atual-

mente o foco do governo federal está em atender à emergência no Rio Grande do Sul, que segue afetado por chuvas intensas. "O programa está pronto e estamos ajustando detalhes com a Casa Civil", disse ele. "Planejamos apresentá-lo agora, mas, devido à situação no Rio Grande do Sul, todos os esforços da equipe ministerial estão voltados para ajudar o Estado", completou. A expectativa, conforme apontou, é que as discussões sobre o lançamento do programa - com foco em aposentados do INSS e estudantes do Prouni - sejam retomadas ainda em junho. **PÁGINA 3**

## INDICADORES

IBOVESPA: -1,38% / 125.650,03 / -1.761,52 / Volume: R\$ 26.045.249.236 / Negócios: 4.196.148			Bolsas no mundo		Salário mínimo	R\$ 1.412,00	IGP-M	0,31% (abr.)	EURO turismo							
Maiores Altas			Maiores Baixas			Mais Negociadas		Fechamento		Taxa Selic		EURO turismo				
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Dow Jones	NASDAQ Composite	CAC 40	FTSE 100	Dólar comercial	Dólar turismo		
TIM ON NM	16,80	+1,57	+0,26	MINERVA ON NM	6,34	-8,65	-0,60	REDE D OR ON NM	29,120	-6,03	-1,870	16,801,543	-0,18	Compra: 5,6255	Venda: 5,8055	
CARREFOUR BRON NM	10,88	+1,21	+0,13	LWSA ON NM	4,13	-7,19	-0,32	PETROBRAS PN N2	37,18	+1,36	+0,50	8,092,11	-0,61	Compra: 5,1502	+0,91%	
AREZZO CO ON NM	50,65	+1,34	+0,67	LOJAS RENNERTON NM	13,11	-7,09	-1,00	VALE ON NM	65,44	-0,79	-0,52	8,370,33	-0,55	Compra: 5,1557	Venda: 5,1563	
TELEF BRASILON	46,07	+1,79	+0,81	PETZ ON NM	4,07	-6,22	-0,27	LOJAS RENNERTON NM	13,11	-7,09	-1,00	18,680,2	-0,25	Compra: 5,1687	Venda: 5,3487	
GRUPO SOMA ON NM	6,030	+1,34	+0,080	REDE D OR ON NM	29,120	-6,03	-1,870	PETROBRAS PN N2	44,21	-3,58	-1,64	Ftse Mib	34,465,68	-0,40		

## MERCADOS



## Com Fed e Haddad, Bovespa recua 1,38%, a 125,65 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A cautelosa ata do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano), divulgada no período da tarde de ontem, contribuiu para tornar ainda mais amargo o sabor dos ativos de risco, como ações na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) que já não era favorecido mais cedo por comentários mal recebidos, tecidos pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, quanto ao nível adequado de meta de inflação que deveria ser perseguido no Brasil. Assim, o Ibovespa (Índice Bovespa) passou ao negativo no acumulado do mês (-0,22%), retroagindo ontem a níveis do fim de abril, mesmo com a recuperação parcial nos papéis da Petrobras - que vão ao positivo na semana, na ON como na PN.

Para piorar, após a ata do Fed nesta tarde, a plataforma da CME indicava que o mercado voltou a acreditar em apenas um corte, e de apenas 25 pontos-base, nos juros de referência dos Estados Unidos este ano.

Com a aversão a risco doméstica e externa, o Ibovespa fechou o dia em baixa de 1,38%, a 125.650,03 pontos, no menor nível de encerramento desde 25 de abril, então aos 124,6 mil pontos. Na mínima, tocou os 125.524,26, saindo de abertura a 127.411,55 correspondente à máxima da sessão. O giro financeiro subiu para R\$ 25,9 bilhões nesta quarta-feira.

A perda do Ibovespa ontem foi a maior para o índice desde 10 de abril, então em baixa de 1,41%.

Assim, com a piora ainda que transitória nos índices de ações em Nova York enquanto a ata era divulgada, o tom usado pelo Fed levou o Ibovespa, que já caía em torno de 1% mais cedo, a acentuar mínimas, no meio da tarde, atingindo o menor nível intradia desde 26 de abril. No fechamento, Dow Jones mostrava -0,51%, S&P 500, -0,27%, e Nasdaq, -0,18%.

Com tanta cautela no ambiente, a melhora pontual observada em Petrobras (ON +0,94%, PN +1,36%) na sessão, que passam a subir na semana 0,52% e 1,34%, respectivamente, foi insuficiente para o Ibovespa, em dia bem negativo para outros pesos-pesados do

índice, como Vale (ON -0,79%), Itaú (PN -1,55%) e Bradesco (ON -2,00%, PN -2,24%, ambas nas mínimas do dia no fechamento).

Na ponta ganhadora do Ibovespa, "Soma (+1,34%) e Arezzo (também +1,34%) se destacaram entre as altas, na esteira do processo final de fusão das empresas", diz Dierson Richetti, sócio da GT Capital. "Na próxima assembleia, será votado o novo nome da empresa, que deve ser Azzas 2154. Com a fusão, terá faturamento próximo de R\$ 12 bilhões e mais de 2 mil lojas, o que anima o mercado", acrescenta. Destaque também nesta quarta-feira para os avanços de Telefônica Brasil (+1,79%) e de TIM (+1,57%), à frente de Petrobras PN.

No lado oposto do Ibovespa, aponta o especialista, destaque negativo para Minerva (-8,65%), após o órgão Coprodec, no Uruguai, ter barrado as três unidades que a Marfrig iria vender para a empresa, e também para Rede d'Or (-6,03%), em virtude da venda de parte das ações detidas pelo Carlyle, em operação correspondente a 1,6% da empresa. Também na ponta perdedora do Ibovespa, nomes como LWSA (-7,19%), Lojas Renner (-7,09%) e Eletec (-6,75%).

## DÓLAR

O dólar encerrou a sessão de ontem, em alta firme e voltou a superar o nível de R\$ 5,15 no fechamento pela primeira vez em cerca de 10 dias. Além da onda global de fortalecimento da moeda americana, em meio à perspectiva de juros altos por mais tempo nos Estados Unidos, o real sofre com a piora da percepção de risco doméstico após declarações do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sobre meta de inflação e política fiscal.

O dólar permaneceu por aqui na casa de R\$ 5,15, após ter registrando máxima a R\$ 5,1641 pela manhã.

No fim do dia, a divisa avançava 0,77%, cotada a R\$ 5,1564 - maior valor de fechamento desde o último dia 13. Foi o terceiro pregão consecutivo de alta da moeda americana no mercado doméstico, com ganhos de 1,07% na semana. Em maio, o dólar ainda apresenta baixa de 0,69%.

## RECURSOS

# Governo libera R\$ 2,9 bi bloqueados do Orçamento

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Beneficiado pela liberação de R\$ 15,8 bilhões em gastos, o governo liberou os R\$ 2,9 bilhões do Orçamento Geral da União bloqueados em março. A reversão do bloqueio consta do Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, divulgado ontem pelo Ministério do Planejamento.

O aumento do teto de gastos em R\$ 15,8 bilhões foi incluído como "jabuti" (emenda não relacionada ao tema do texto original) na lei que retomou a cobrança do Seguro Obrigatório para Proteção de Vítimas de Acidentes de Trânsito (Dpvt). O dinheiro permitiu ao governo ampliar o limite de gastos do novo arcabouço fiscal porque as estimativas de receitas vieram acima do previsto no segundo bimestre, conforme previsto no Artigo 14 da Lei do Novo Marco Fiscal.

Com a inclusão dos R\$ 15,8 bilhões, o governo agora tem folga de R\$ 2,5 bilhões em relação ao limite de gastos do novo arcabouço fiscal, que limita o crescimento real (acima da inflação) dos gastos a 70% do crescimento real da receita do ano anterior. Não fosse o aumento do limite, o governo teria de fazer um novo bloqueio de R\$ 10,4 bilhões.

"Esses recursos (os R\$ 15,8

bilhões) poderiam estar disponíveis desde o início (do ano), mas foram retirados durante a tramitação (do novo arcabouço fiscal) no Congresso. É importante ressaltar que esse dinheiro entraria de qualquer forma no Orçamento de 2024", explicou o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan.

## DÉFICIT PRIMÁRIO

Documento enviado a cada 2 meses ao Congresso, que orienta a execução do Orçamento, o relatório bimestral aumentou de R\$ 9,3 bilhões para R\$ 14,5 bilhões, 0,1% do Produto Interno Bruto (PIB, soma das riquezas produzidas no país), a estimativa de déficit primário para este ano. O resultado negativo está dentro do limite de tolerância de déficit de R\$ 28,8 bilhões definido pelo novo arcabouço fiscal.

O déficit primário representa o resultado negativo das contas do governo sem os juros da dívida pública. O novo marco fiscal permite uma banda de 0,25% do PIB, para mais ou para menos, em relação à meta de déficit zero para este ano.

## ARRECADAÇÃO

O documento prevê alta de R\$ 16 bilhões nas receitas brutas em relação ao relatório anterior. Desse total, R\$ 16,4 bilhões a menos da receita administrada pela Receita Federal, principal-

mente por causa da queda da previsão de arrecadação de Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

No entanto, as receitas extraordinárias subiram R\$ 22,7 bilhões, puxadas pelos royalties do petróleo e do aumento de dividendos das estatais. A estimativa de arrecadação da Previdência Social subiu R\$ 9,7 bilhões. Isso fez a projeção de receitas brutas subir. Ao considerar os repasses para estados e municípios, a alta na receita líquida diminui para R\$ 6,3 bilhões.

## RIO GRANDE DO SUL

Em relação aos gastos, o relatório prevê aumento de R\$ 24,4 bilhões, puxadas principalmente pelas ajudas ao Rio Grande do Sul. As despesas obrigatórias foram revisadas para cima em R\$ 20,1 bilhões, dos quais R\$ 13 bilhões destinam-se a medidas para a reconstrução do estado.

Como as despesas com o Rio Grande do Sul são consideradas créditos extraordinários, não estão sujeitas à meta de resultado primário nem aos limites de gastos do arcabouço fiscal. Os gastos discricionários foram revisados para cima em R\$ 4,3 bilhões, resultando no crescimento final de R\$ 24,4 bilhões nas despesas federais.

## RECEITAS

O relatório manteve as projeções divulgadas em março para a obtenção de receitas extras pelo governo. Para cumprir a meta de resultado primário zero, o governo precisa de R\$ 168 bilhões para este ano. O relatório prevê a obtenção de R\$ 168,33 bilhões, apesar de o governo ter fechado acordo para manter a desoneração da folha de pagamentos até o fim do ano e cedido em pontos como a prorrogação do Perse, programa para ajuda a empresas de turismo e eventos.

Segundo Dario Durigan, a aprovação da Medida Provisória 1.202, editada no fim do ano passado, ajudará o governo a cumprir as metas fiscais. Embora o texto original tenha sido desidratado, a medida prevê limitação às compensações tributárias (descontos em pagamentos de tributos) em R\$ 24 bilhões, o que ajudou o governo a obter receitas para cobrir a alteração de medidas pelo Congresso.

Outra medida importante, ressaltou o secretário-executivo da Fazenda, serão as compensações para compensar a manutenção da desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia até o fim do ano. Na terça-feira, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que as medidas serão definidas ainda esta semana.

## INTERNACIONAL

## Haddad: governo não decidiu sobre taxar compras de até US\$ 50

IANDER PORCELLA E GIORDANNA NEVES/AE

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem, que o governo não tomou posição no debate sobre a taxa de compras internacionais de até US\$ 50, incluída no projeto de lei que regulamenta o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover), que trata de incentivos ao setor automotivo.

O chefe da equipe econômica

foi questionado sobre o assunto após participar de audiência pública na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara.

O ministro da Fazenda disse, contudo, que há um grande debate sobre o tema. Ele ressaltou que as centrais sindicais, tanto patronais quanto de trabalhadores, estão publicando artigos em jornais defendendo a taxa e pedindo apoio ao governo. "Não vai ser no Mover que isso vai ser decidido", disse Haddad.

A expectativa é que o Mover seja votado ainda nesta quarta-feira no plenário da Câmara. O presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), citou na terça-feira uma pesquisa segundo a qual a maioria dos consumidores de sites asiáticos que seriam atingidos com o fim da isenção para compras no exterior de até US\$ 50 são de classe alta. O deputado alagoano também ressaltou que as empresas do varejo brasileiro querem "pé de igualdade" com

as estrangeiras.

A taxa enfrenta resistência do PT e de parte do governo Lula, que vê a medida como impopular. De acordo com o presidente da Câmara, "difícilmente" o Mover será votado sem a medida que trata das compras internacionais de até US\$ 50. Na semana passada, em entrevista exclusiva ao Grupo Estado, o vice-presidente Geraldo Alckmin, que também é ministro da Indústria, defendeu a separação dos textos.

## TESTAS

## Projeto-piloto do Drex entra na segunda fase

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O projeto-piloto do Drex, moeda virtual do Banco Central (BC) em estudo, entrará na segunda fase de testes. A nova etapa permitirá a conexão com serviços e modelos de negócios criados pelos consórcios que participam do desenvolvimento da nova moeda. O início da segunda etapa de testes foi autorizado por resolução do BC publicada ontem. Até agora, apenas os serviços associados ao Drex criados pelo BC tinham sido testados. Na segunda fase de testes, a infraestrutura criada para o projeto-piloto passará a testar a implementação de smart contracts (contratos automatizados) criados e geridos por terceiros

participantes da plataforma. Como a nova etapa envolverá diferentes casos de uso, com ativos não regulados pelo Banco Central, haverá a necessidade da participação de outros órgãos reguladores, como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que acompanha o desenvolvimento do Drex desde o início.

As soluções tecnológicas, ressaltou o BC, precisarão garantir a preservação da privacidade dos cidadãos. Segundo a autoridade monetária, os testes, até agora, não mostraram "a maturidade necessária" para cumprir os requisitos jurídicos de segurança dos dados dos cidadãos. Nas próximas semanas, o BC abrirá prazo para que os atuais participantes do projeto-piloto do Drex.

## IMPOSTO DE RENDA

## Começa hoje consulta ao maior lote de restituição do IR da história

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

A partir das 10h de hoje, cerca de 5,6 milhões de contribuintes que entregaram a Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física saberão se acertaram as contas com o Leão. Nesse horário, a Receita Federal libera a consulta ao primeiro dos cinco lotes de restituição de 2023, com a inclusão de todos os contribuintes do Rio Grande do Sul com direito a receber. O lote também contempla restituições residuais de anos anteriores.

Ao todo, 5.562.065 contribuintes receberão R\$ 9,5 bilhões. Todo o valor, informou o Fisco, irá para contribuintes

com prioridade no reembolso. Por causa das enchentes no Rio Grande do Sul neste ano, os contribuintes gaúchos foram incluídos na lista de prioridades.

A maior parte, 2.595.933 contribuintes têm entre 60 e 79 anos. Em seguida, há 1.105.772 contribuintes cuja maior fonte de renda é o magistério. Em terceiro, vêm 886.260 declarações de contribuintes gaúchos, incluindo exercícios anteriores, totalizando mais de R\$ 1 bilhão.

Em quarto lugar, estão 787.747 contribuintes que informaram a chave Pix do tipo Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) na declaração do Imposto de Renda ou usaram a declaração pré-preenchida. Des-

de o ano passado, a informação da chave Pix dá prioridade no recebimento. O restante dos contribuintes é formado por 258.877 idosos acima de 80 anos e 162.902 contribuintes com alguma deficiência física ou mental ou moléstia grave.

A consulta poderá ser feita na página da Receita Federal na internet. Basta o contribuinte clicar em "Meu Imposto de Renda" e, em seguida, no botão "Consultar a Restituição". Também é possível fazer a consulta no aplicativo da Receita Federal para *tablets* e *smartphones*.

O pagamento será feito em 31 de maio, na conta ou na chave Pix do tipo CPF informada na declaração do Imposto de Ren-

da. Caso o contribuinte não esteja na lista, deverá entrar no Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte (e-CAC) e tirar o extrato da declaração. Se verificar pendência, pode enviar uma declaração retificadora e esperar os próximos lotes da malha fina.

Se, por algum motivo, a restituição não for depositada na conta informada na declaração, como no caso de conta desativada, os valores ficarão disponíveis para resgate por até um ano no Banco do Brasil. Nesse caso, o cidadão poderá agendar o crédito em qualquer conta bancária em seu nome, por meio do *Portal BB* ou ligando para a Central de Relacionamento do banco, nos telefones 4004-0001 (capitais), 0800-729-0001 (demais localidades) e 0800-729-0088 (telefone especial exclusivo para deficientes auditivos).

Caso o contribuinte não resgate a restituição depois de um ano, deverá requerer o valor no Portal e-CAC.

Diário do  
**Acionista**

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908  
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002  
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar  
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000  
Tel.: (11) 2655-1899

## Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

**ANJ** ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS



ACESSE NOSSO SITE

## RECADO AO BC

# Haddad afirma que inflação no Brasil está sob controle

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou, ontem, em Brasília, que a economia brasileira está gerando empregos com baixa inflação e que os ruídos sobre a política econômica do governo “vão desaparecer porque foram patrocinados, não são reais”. “Tem interesses por trás disso”, disse, destacando que os principais indicadores de inflação e desemprego estão positivos.

“A impressão que dá é que tem um fantasma fazendo a cabeça das pessoas e prejudicando o nosso plano de desenvolvimento”, acrescentou. Haddad participou de audiência na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados para tratar de assuntos relacionados à sua pasta.

“Esse ruído não está fazendo bem para a economia brasileira e não tem amparo nos dados. Porque estamos com baixa inflação, o rendimento do trabalho subiu no ano passado e isso não gerou inflação”, disse Haddad. Ele lembrou que o déficit de R\$ 230 bilhões registrado nas contas públicas em 2023 foi uma herança do governo anterior e que, a partir deste ano, poderá ser cobrado, pois o orçamento

de 2024 já foi construído pelo governo atual.

“Estamos construindo um caminho mais justo do ponto de vista social. É um ajuste fiscal que está sendo feito sem fazer doer nas famílias, nos trabalhadores, no empresário que paga seus impostos corretamente, sem prejudicar programas sociais importantes, contratos sociais já estabelecidos. Estamos fazendo um caminho mais difícil, pois exigem vários pequenos ajustes, que, somados, vão resolver nosso problema fiscal”, declarou o ministro.

Ele afirmou que a relação entre o Executivo e Legislativo está indo bem e agradeceu os parlamentares aprovando medidas econômicas. Segundo ele, o ajuste econômico do governo passa pelo corte de gasto tributário, de benefícios fiscais, para que pessoas e setores que não pagavam impostos passem a pagar.

## JUROS

Haddad defendeu a harmonia das políticas monetária e fiscal e elogiou o trabalho do Banco Central (BC) para o controle da inflação nos últimos anos. Por outro lado, lembrou que a taxa de juros real do Brasil ainda é muito restritiva. Na última reunião, neste mês, o Comitê de

Política Monetária (Copom) do BC reduziu a taxa básica de juros, a Selic, para 10,5%.

Os membros do colegiado, entretanto, mostraram preocupação com as expectativas de inflação acima da meta e, “em meio a um cenário macroeconômico mais desafiador do que o previsto anteriormente”, não preveem novos cortes na taxa Selic.

“Hoje, nós estamos com uma taxa de juro de 10,5% para uma inflação projetada para o ano de 3,7%. Diminuí 10,5% de 3,7%. Veja em que altura está andando o juro real no Brasil. Nós estamos andando num campo muito restritivo de política monetária”, assegurou Haddad, rebatendo a análise de que a inflação esteja desancorada.

Em abril deste ano, pressionada pelos preços de alimentos e gastos com saúde e cuidados pessoais, a inflação do país - medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - foi a 0,38%, acima do observado no mês anterior (0,16%), mas abaixo do apurado em abril do ano passado (0,61%). Em 12 meses, o IPCA acumula 3,69%.

## TOLERÂNCIA

Apesar de estar dentro do intervalo de tolerância, as expec-

tativas de inflação ainda se encontram acima da meta estabelecida pelo Banco Central, que, junto com a elevação da dívida pública, alimentam a incerteza entre os agentes econômicos. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é 3% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

“Os núcleos [de inflação] estão rodando abaixo da meta, que é exigentíssima. Uma meta para um país com as condições do Brasil de 3% é um negócio inimaginável”, disse Haddad, reafirmando o controle da inflação, mas defendendo que haja uma discussão mais profunda sobre o tema, com regras de vinculação fiscal sustentáveis no tempo.

“Se o Brasil está com dificuldade de cumprir uma meta mais baixa, se a inflação fica insensível à taxa de juro, nós temos que pensar as condições institucionais do país, por que ela está resistente? Tem uma dimensão institucional. E uma das questões institucionais é o nosso quadro fiscal, no sentido amplo, as vinculações, uma série de problemas da nossa Constituição aos quais não foram dados os tratamentos adequados até agora, na minha opinião”, finalizou.

## ENCHENTES NO RS

## ‘Difícil de decolar’, lançamento do Voa Brasil é adiado

MATEUS CERQUEIRA/AE

O ministro de Portos e Aeroportos, Sílvia Costa Filho, anunciou ontem, novo adiamento do programa Voa Brasil, argumentando que a razão, agora, é devido às enchentes que afetam o Rio Grande do Sul. A declaração foi feita durante entrevista ao programa *Bom Dia, Ministro*, uma coprodução entre a Secretaria de Comunicação Social (Secom) da Presidência da República e a Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Na entrevista, o ministro pontuou que, embora o programa - originalmente pensado para oferecer passagens aéreas a R\$ 200 - esteja pronto, atualmente o foco do governo federal está em atender à emergência no Rio Grande do Sul, que segue afetado por chuvas intensas.

“O programa está pronto e estamos ajustando detalhes com a Casa Civil”, disse ele. “Planejávamos apresentá-lo agora, mas, devido à situação no Rio Grande do Sul, todos os esforços da equipe ministerial estão voltados para ajudar o Estado”, completou.

## RETOMADA

A expectativa, conforme apontou, é que as discussões sobre o lançamento do pro-

grama - com foco em aposentados do INSS e estudantes do Prouni - sejam retomadas ainda em junho. “Retomamos retomar as discussões em junho para finalizar e lançar o programa. Inicialmente, ele beneficiará aposentados com até dois salários mínimos, atingindo cerca de 22 milhões de brasileiros.”

Anunciado em março de 2023, o lançamento do Voa Brasil já sofreu vários adiantamentos.

Previsto inicialmente para janeiro de 2024, o lançamento foi postergado para 17 de abril, mas foi novamente adiado.

O programa tem sido uma fonte de preocupação para o governo.

## CRÍTICA

Em entrevista à TV Cultura em março deste ano, Costa Filho apontou que passagem no valor de R\$ 200 para todos os brasileiros seria algo “insano”. “Naquele momento anúncio do programa, da forma que foi passada em setores da imprensa e setores da sociedade brasileira, por conta das redes sociais, o povo brasileiro achou que a passagem seria R\$ 200”, pontuou o ministro. “Seria insano a gente desenhar um programa dessa natureza”, destacou, na ocasião.

## PETROBRAS

# Ceron fala em cenário provável para pagar 100% dos dividendos

FERNANDA TRISOTTO, AMANDA PUPO, CÉLIA FROUFE E GIORDANNA NEVES/AE

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, afirmou que a projeção de receitas do governo no novo relatório bimestral divulgado ontem, considera que a Petrobras vai distribuir 100% dos dividendos extraordinários, o que vai gerar R\$ 13 bilhões para o caixa da União em 2024. Até o momento, o Con-

selho de Administração da empresa só liberou metade dos dividendos extra.

Ceron disse, contudo, que as considerações do CA da Petrobras e dos registros em ata dão a indicação de distribuição ao longo do exercício.

“Consideramos cenário provável de distribuição de 100% dos dividendos da Petrobras”, afirmou o secretário, explicando que dos R\$ 14,3 bilhões em aumento projetado para as recei-

tas de dividendos e participações, R\$ 13 bilhões são em razão da Petrobras.

Ceron rejeitou a avaliação de que a previsão da equipe econômica de receber sua parcela de 100% dos dividendos extraordinários da Petrobras neste ano se trate de uma pressão do governo sobre a companhia.

“Tanto a ata do Conselho de Administração quanto a assembleia citam ao longo do exercício de 2024. E isso no

nosso entendimento é suficiente para considerar o cenário de distribuição de 100% como provável. Não se trata de nenhum tipo de pressão. A equipe econômica tem sido muito cuidadosa com todos os assuntos, é simplesmente um cenário considerado provável. Se houver fato relevante ou nova indicação que indique novo cenário... Mas hoje a indicação é de que a distribuição é provável”, respondeu Ceron.

## MANIFESTAÇÃO

# Grito da Terra: governo Lula acata demandas de agricultores familiares

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

O governo federal anunciou algumas medidas em respostas às demandas apresentadas por agricultores familiares em abril, reiteradas durante o 24º Grito da Terra Brasil - ato que reuniu cerca de dez mil pequenos e médios produtores esta semana em Brasília. Durante a manifestação na Esplanada dos Ministérios, os organizadores do Grito estavam na expectativa de obter, do governo, retorno de, pelo menos, algumas das propostas apresentadas no mês passado em cerimônia no Palácio do Planalto. Segundo a secretária de Política Agrícola da Contag, Vânia Marques Pinto, algumas demandas deverão ser atendidas posteriormente, por meio do Plano Safra.

Entre as propostas destacadas durante o ato estavam algumas relativas aos recursos voltados às compras governamentais para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), iniciativa do governo federal que busca estimular a agricultura familiar e o acesso a uma alimentação saudável, por meio da compra direta da produção de agricultores familiares, sem a necessidade de se fazer licitação.

◆ A pauta inclui medidas de va-

lização da agroecologia, políticas de mitigação e adaptação climática, regulamentação da lei de pagamento por serviços ambientais, inclusão produtiva e fomento, orçamento, combate ao uso dos agrotóxicos, e políticas diferenciadas para agricultura familiar, Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa) e Cadastro Nacional de Informações Sociais (VNIS).

Foram apresentadas, ainda, demandas sobre políticas sociais e alimentares, tendo sempre como referência a sustentabilidade e uma produção alimentar saudável para a população; bem como relativas a assistência técnica e extensão rural - processo de estender, ao povo rural, conhecimentos e habilidades, sobre práticas agropecuárias, florestais e domésticas, reconhecidas como importantes e necessárias à melhoria de sua qualidade de vida.

## RESPOSTAS

Em resposta às demandas apresentadas, o ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, fez alguns anúncios. Ele garantiu que a pasta vai beneficiar dez mil famílias por meio do Programa Fomento Rural: Bem Viver

Semiárido e Centro-Sul; e que 30 mil famílias terão assistência técnica e extensão rural no âmbito da 3ª etapa do Projeto Dom Helder Câmara.

No âmbito das Farmácias Vivas, Teixeira disse que ampliará, por meio de acordos com diferentes pastas e a Fundação Oswaldo Cruz, o uso de plantas medicinais produzidas pela agricultura familiar; e que incluirá a agricultura familiar no Plano de Adaptação à Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática.

Teixeira anunciou R\$ 197 milhões em créditos fundiários para garantir acesso à terra para as 595 famílias agricultoras da Fazenda Uruanan, no Ceará; e que publicará editais que resultarão no assentamento de 6.279 famílias agricultoras pelo país.

Anunciou também medidas direcionadas a agricultores familiares do Rio Grande do Sul, estado que vive um quadro de calamidade pública, em consequências das enchentes. Entre elas, um acordo de cooperação técnica envolvendo Inbra e Federação dos Trabalhadores na Agricultura para emissão de documentos; a suspensão de dívidas por 105 dias; e R\$ 600 milhões em crédito especial do Pronaf.

## CONTAG

Diante da resposta apresentada pelo governo, a secretária da Contag informou que a mobilização dos agricultores familiares continuará, e que tem a expectativa de que outras demandas venham a ser atendidas por meio do Plano Safra e de negociações com os ministérios.

“Saímos daqui alegres, com sentimentos de gratidão, mas também seguimos lutando pela estruturação da agricultura familiar, políticas públicas e fortalecimento da classe trabalhadora no campo”, disse Vânia Marques Pinto.

O presidente da Contag, Aristides Santos, avalia que o 24º Grito da Terra Brasil foi “muito importante porque nós retomamos as nossas ações de massa aqui em Brasília. Apresentamos uma pauta consistente que foi feita a várias mãos, que foi elogiada por todos os ministérios onde passamos”.

“Os anúncios foram importantes na área da reforma agrária, na área do crédito fundiário, da política agrícola, naquilo que pode ser antecipado ao Plano Safra, nas plantas medicinais que é uma pauta muito rica para nós”, disse Santos.

## Nota

### SABESP: PSOL E PT ENTRAM COM AÇÃO PARA DERRUBAR LEI APROVADA NA CÂMARA MUNICIPAL

Mesmo com o ceticismo do governo estadual com relação à judicialização do processo de privatização da Sabesp, a oposição à gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos) protocolou, ontem, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra o programa. Parlamentares questionam a legalidade do projeto aprovado na Câmara Municipal de São Paulo que autoriza a capital a conceder os serviços de água e esgoto à Sabesp se ela for privatizada. A ação, de iniciativa dos diretórios estaduais do PT, PSOL e PCdoB, entre outros, afirma que o trâmite do projeto na Câmara dos Vereadores foi “conturbado” e “acelerado” e inviabilizou a efetiva participação popular. A ADI também questiona a apresentação de um laudo de impacto orçamentário e financeiro do projeto para a capital - que a base afirma ter protocolado. O secretário da Casa Civil, Fabrício Cobra Arbex, chegou a enviar ao presidente da Casa, Milton Leite (União Brasil), um relatório de impacto financeiro, mas que se limitava a dizer que a privatização não traria despesas para o município.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE  
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

GOVERNO FEDERAL  
BRASIL  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.062/2024**

O Pregoeiro André Luiz Marques Pombos convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 90.062/2024 no dia 06/06/2024 às 09h00min. - Objeto: Aquisição dos Sensores de Oximetria para SpO2 neonatal, com chip (Rd) com tecnologia Masimo, para uso nos Monitores da Philips (SENSOR DE OXIMETRIA NEONATAL (RD SET NEOPT) EM VELCRO (DESCARTÁVEL), ABAIXO DE 1KG, COMPATÍVEL COM RADICAL-7 MASIMO, MONITOR NOX PLUS SPMET MORIYA E MONITOR MULTIPARÂMETRO MODELO REF. PHILIPS / INTELIVUE MX450 E MX550. 20 UNIDADES / CAIXA. CÔD. 4004. (Registro Anvisa)) Processo nº. 33409.011347/2023-49. O Pregão será realizado no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

**Geração Bioeletricidade Santa Cândida II S.A.**  
CNPJ/MF nº 14.759.176/0001-36 – NIRE 33.300.352.996

**Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária**

Pelo presente, o Diretor Presidente da **Geração Bioeletricidade Santa Cândida II S.A.**, sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, Bloco 2, 2º e 4º andares, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, CEP 22.775-028, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.759.176/0001-36 (“Companhia”) convoca os Srs. acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia, a ser realizada de forma exclusivamente digital, em 31 de maio de 2024, às 15 (quinze) horas e 30 (trinta) minutos, para deliberar sobre as seguintes matérias: (i) a consignação da renúncia da Diretoria da Companhia; (ii) a alteração dos cargos da Diretoria e a extensão do mandato da Diretoria para 3 (três) anos; (iii) a eleição de nova Diretoria; (iv) a alteração do exercício social da Companhia; (v) a alteração do endereço da sede da Companhia; (vi) a ampla reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia, conforme versão disponibilizada na sede da Companhia; (vii) a autorização para lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o § 1º do artigo 130 da Lei 6.404/76 (“LSA”); e (viii) a autorização para que os administradores da Companhia pratiquem todos os atos necessários para a implementação das deliberações da assembleia geral, incluindo, sem limitação, a assinatura de todos os documentos necessários à efetivação das deliberações acima. Disposições gerais: Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, os documentos pertinentes às deliberações a serem tomadas na referida Assembleia Geral Extraordinária. A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital por meio da plataforma Microsoft Teams, podendo os acionistas participarem e votarem por meio da referida plataforma. Para tomar parte e votar na Assembleia, o acionista deve provar sua qualidade como tal, apresentando, em até 02 (dois) dias de antecedência em relação à data da Assembleia Geral Extraordinária, seus documentos de representação pertinentes. Os documentos originais ou cópias autenticadas deverão ser encaminhados aos cuidados de Isis Paula Cerinotti Malhães, ao e-mail [isis.malhães@elera.com](mailto:isis.malhães@elera.com) com o assunto “AGE 31/05/2024”, sendo que o link da Assembleia será enviado pela administração da Companhia em resposta ao referido e-mail com até 1 (uma) hora de antecedência da realização da Assembleia. Os acionistas representados por procuradores deverão encaminhar os respectivos instrumentos de mandato e de representação, sendo que os outorgados deverão preencher os requisitos constantes no Art. 126, § 1º da LSA. Rio de Janeiro/RJ, 23 de maio de 2024.

**Fernando Mano da Silva** – Diretor Presidente. (23, 24 e 25/05/2024)

## TRIUNFO ELEITORAL

# Programa de moradia de Nunes tem licitação anulada

SAMUEL LIMA/AE

A 8ª Vara de Fazenda Pública do Estado anulou uma série de etapas da licitação da Prefeitura de São Paulo para adquirir 40 mil imóveis ainda em construção no programa habitacional "Pode Entrar" e determinou a reabertura do prazo para recebimento de propostas. A decisão, que vale para todas as fases do processo a partir de janeiro de 2023, deve atrasar o cronograma de entregas de moradias e prejudica uma das principais bandeiras eleitorais do prefeito Ricardo Nunes (MDB), postulante à reeleição em outubro. A Prefeitura nega irregularidades e diz que tentará reformar a decisão.

O juiz Josué Vilela Pimentel atendeu a manifestação do Ministério Público de São Paulo e considerou que a modificação dos preços mínimos de referência para os imóveis em cada região da cidade, feita cinco dias antes do prazo final de entrega dos envelopes, pode ter ocasionado "diminuição da concorrência e, consequentemente, do universo de licitantes que poderiam ver suas propostas adjudicadas com custos menores para os cofres públicos". O valor é relevante porque influencia no custo de aquisição do imóvel dependendo da sua localização.

A alteração, segundo alegou a Secretaria Municipal de Habitação (Sehab) na época, ocorreu com base em cálculo sugerido pelo Tribunal de Contas do

Município (TCM) e que considerava a mediana do valor do metro quadrado nos bairros que compõem as subprefeituras. Seria um modo de incentivar propostas viáveis em todas as regiões. A Justiça, por outro lado, considerou que essa mudança pode afetar "substancialmente" a formulação das propostas de alienação e, desse modo, o prazo de 49 dias deveria ter sido reiniciado.

Procurada para esclarecer como fica o cronograma do "Pode Entrar" em relação aos imóveis contratados, a Prefeitura de São Paulo encaminhou uma nota afirmando que tomará, através da Procuradoria Geral do Município, "todas as providências cabíveis para a reforma da decisão, demonstrando-se em juízo a regularidade da atuação municipal". A gestão não explica se o prazo será reaberto.

A ação foi movida pelo empresário Cesar Ribeiro Aledo e cita o exemplo do distrito de Raposo Tavares, onde o preço mínimo de referência do metro quadrado era de R\$ 4.386 e passou para R\$ 5.397 depois da alteração. Uma unidade habitacional de 40 m² que poderia ter custado de aquisição de R\$ 175 mil passou ao teto do programa, que é de R\$ 210 mil, indevidamente da localização do imóvel.

"A diferença de R\$ 35 mil, se multiplicada por 1.000 unidades, resultaria em R\$ 35 milhões a mais a serem pagos pela prefeitura às construtoras, tornando a modificação do edital extremamente relevante no

momento da formulação das propostas, principalmente na questão da possibilidade de inúmeros participantes concorrerem à disputa", declarou na petição inicial.

O Ministério Público concordou com a argumentação e defendeu nos autos a anulação da referida fase de licitação, com a reabertura do prazo de envio das propostas. "No caso em tela, houve alteração quanto ao valor mínimo a ser pago, modificando consideravelmente as condições de participação e, notadamente, o valor a ser despendido pelo poder público", mostra o documento assinado pela promotora Claudia Cecilia Fedeli.

## TRUNFO POLÍTICO

O programa habitacional é essencial para Nunes cumprir a promessa de concluir o mandato com 100 mil novas unidades habitacionais, somando unidades concluídas, em obras ou adquiridas pela prefeitura. O prefeito costuma usar o número para afinetar o seu principal adversário no pleito, o deputado federal Guilherme Boulos (PSOL), que construiu carreira política como líder do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) em São Paulo.

"É muito fácil as pessoas dizerem que defendem a habitação, que defendem não sei o quê, e a entrega, zero. O importante é isso aqui, concretizar o sonho", declarou, por exemplo, o prefeito na cerimônia de entrega de chaves de um empreendimento na Vila Olímpia, em dezembro do ano passado.

O compromisso foi agendado poucos dias depois de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) aparecer ao lado de Boulos na assinatura do contrato para o início das obras do "Copa do Povo", empreendimento do Minha Casa, Minha Vida no bairro Itaquera.

O orçamento da Sehab este ano é de R\$ 3,8 bilhões, alta de 50% em relação aos R\$ 2,5 bilhões autorizados em 2023. Esse percentual está acima do crescimento geral das despesas autorizadas pela Câmara Municipal de São Paulo, onde Nunes tem ampla maioria, que esteve na ordem de 16%.

O Ministério Público de São Paulo também analisa o caso por meio de inquérito civil aberto em setembro de 2019, a partir de representação movida pela deputada federal Tabata Amaral (PSB), outra pré-candidata à Prefeitura de São Paulo este ano. Os promotores investigam se o procedimento pode ter levado a enriquecimento ilícito e danos ao erário público.

O programa "Pode Entrar" envolve a construção de empreendimentos de moradia por meio de parcerias, a requalificação de imóveis e a aquisição de unidades da iniciativa privada. A administração municipal argumenta que o modelo diminui os custos das obras e o prazo de entrega. O edital em questão trata especificamente da aquisição de imóveis para implantação de novas moradias populares em cinco lotes. O edital recebeu propostas de 104 mil imóveis ao todo.

## PARQUE DO BIXIGA

# Prefeitura propõe pagar R\$ 64 milhões em terreno

LEONARDO ZVARICK/AE

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB) disse ontem, que enviou uma proposta para comprar por cerca de R\$ 64 milhões o terreno onde pretende criar o Parque do Bixiga, no centro de São Paulo, que hoje pertence ao Grupo Silvio Santos.

"Está pra eles definirem se aceitam essa proposta nossa. Parece que sim, que isso vai avançar", disse Nunes em entrevista coletiva. Segundo o prefeito, o valor foi definido após análise da Procuradoria-Geral do Município; anteriormente, os proprietários ofereceram o terreno por R\$ 80 milhões.

Após décadas de disputas judiciais, a aquisição da área pelo município é o primeiro passo para a criação do parque idealizado pelo dramaturgo José Celso Martinez Corrêa, que dirigiu o vizinho Teatro Oficina até sua morte, aos 86 anos, em julho de 2023.

Outra condição fundamental é a inclusão do projeto no quadro 7 do Plano Diretor de São Paulo, que lista os parques a serem implementados na cidade. Na terça-feira passada, vereadores aprovaram em primeiro turno o projeto de lei que viabiliza esta alteração. A proposta foi enviada à Câmara Municipal pelo próprio Executivo, que pressiona por uma tramitação rápida. "Se der tudo certo, o Grupo Silvio Santos concordando e a Câmara incluindo no quadro 7, eu faço a Declaração de Utilidade Pública, pago (o terreno) e a gente vai ter mais um parque ali no Bixiga, que é uma demanda antiga da sociedade", declarou Nunes.

Parte da despesa poderá ser coberta com recursos obtidos a partir de acordo com a Universidade Nove de Julho (Uninove) intermediado pelo Ministério Público Estadual.

## POLÍCIA MILITAR

# Governo lança edital para ampliar câmeras corporais em 18%

GONÇALO JUNIOR/AE

O governo de São Paulo lançou ontem, um edital para a contratação de 12 mil novas câmeras corporais portáteis (COPs) para a Polícia Militar. Os novos equipamentos, com mais recursos tecnológicos, de acordo com o governo, vão substituir as 10.125 câmeras em uso atualmente. Na prática, a medida representa um aumento de cerca de 2 mil novos equipamentos ou 18%.

O número é menor do que foi anunciado em março pelo poder estadual. À época, o governo tinha afirmado que seriam contratadas 3.125 câmeras corporais a mais.

Entre as funções técnicas previstas no novo contrato está a integração com o programa Muralha Paulista, rede de segurança que interliga câmeras e radares em diferentes cidades para prevenir e controlar a criminalidade.

De acordo com a Secretaria de Segurança Pública (SSP), as câmeras terão recursos de reconhecimento facial para identificação de foragidos, além de placas de veículos roubados ou furtados. O armazenamento de imagens e o sistema de baterias serão aprimorados - o novo edital exige

que cada equipamento possua outro equivalente para recargas, processamento e uploads de arquivos.

O uso do reconhecimento facial divide opiniões. Embora o recurso seja cada vez mais utilizado em setores como segurança, comércio e transporte, especialistas apontam que ela pode aprofundar o racismo estrutural no Brasil. Casos recentes mostram que a ferramenta apresenta falhas no reconhecimento de pessoas não brancas, resultando em discriminação e violência policial.

De acordo com a SSP, as câmeras adquiridas por meio dos contratos anteriores serão devolvidas à empresa que ganhou a licitação na época. Hoje, elas estão distribuídas em 63 batalhões (quase metade do total) e unidades de ensino. "Porém, se necessário, a PM vai renovar o acordo para manter essas câmeras em funcionamento até o término da nova licitação, para que não haja a interrupção no uso das câmeras", informou o órgão.

O primeiro contrato (3.125 câmeras) vence em 1º junho e o segundo contrato (7 mil câmeras) vence em 18 de julho. O órgão reafirmou ao Estadão que "não haverá interrupção no uso das câmeras pelos agentes".

## CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

### RERRATIFICAÇÃO DO EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA SÉRIE ÚNICA DA 8ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

A CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com registro de securitizadora S1 perante a Comissão de Valores Mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Professor Atílio Innocenti, nº 474, conjuntos 1009 e 1010, Vila Nova Conceição, CEP 04538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 41.811.375/0001-19, na qualidade de emissora dos CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA SÉRIE ÚNICA DA 8ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO vem, por meio do presente rerratificar o Edital de Convocação publicado em 20 de maio de 2024 no site da Emissora ([www.canalsecuritizadora.com.br](http://www.canalsecuritizadora.com.br)) e o sistema Fundos.net, que passa a vigorar com o seguinte texto: Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série Única da 8ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 13 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Série Única da 8ª (Oitava) Emissão da Canal Companhia de Securitização ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunir-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 11 de junho de 2024, às 10:00 (dez) horas de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (I) Aprovar ou não a retificação ao memorial de incorporação e convenção de condomínio, as quais passarão a ter a redação constante no Anexo II e III, respectivamente, da Ata de Assembleia; (ii) Caso aprovado o item (i) acima, autorizar a Emissora, o Agente Fiduciário e as demais partes relacionadas à Emissão, conforme aplicável, a praticarem todos os atos necessários para a efetivação e implementação dos itens acima, bem como celebrarem quaisquer aditamentos aos Documentos da Oferta e demais documentos que se façam necessários para a efetivação das matérias eventualmente aprovadas da Ordem do Dia. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitantes que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail [juridico@canalsecuritizadora.com.br](mailto:juridico@canalsecuritizadora.com.br), indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI OXE 08", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a) quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c) quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Fica facultado aos Titulares dos CRI o proferecimento do voto durante a realização da AGT ou através do envio da Instrução de voto, sem rasuras, cujo modelo e instruções de preenchimento podem ser encontrados no site da Securitizadora. Instruções de preenchimento e à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação. São Paulo, 22 de maio de 2024

Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição

## CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

### RERRATIFICAÇÃO DO EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA SÉRIE ÚNICA DA 43ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

A CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com registro de securitizadora S1 perante a Comissão de Valores Mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Professor Atílio Innocenti, nº 474, conjuntos 1009 e 1010, Vila Nova Conceição, CEP 04538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 41.811.375/0001-19, na qualidade de emissora dos CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA SÉRIE ÚNICA DA 43ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO vem, por meio do presente rerratificar o Edital de Convocação publicado em 20 de maio de 2024 no site da Emissora ([www.canalsecuritizadora.com.br](http://www.canalsecuritizadora.com.br)) e o sistema Fundos.net, que passa a vigorar com o seguinte texto: Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série Única da 43ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 13 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Série Única da 43ª (Quadragésima Terceira) Emissão da Canal Companhia de Securitização ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunir-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 11 de junho de 2024, às 12:00 (doze) horas de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (I) Aprovar a concessão de renúncia prévia conforme previsto na Cláusula 13.9.3 do Termo de Securitização, referente à eventual configuração do Evento de Vencimento Antecipado descrito na Cláusula 7.6.1. (xvii) e 7.6.2 (xvii) do Termo de Securitização, em decorrência de Desapropriação direta por utilidade pública com pedido liminar de imissão na posse, aforada pelo município de Itajaí, que tramita na Vara da Fazenda Pública da comarca de Itajaí-SC sob autos eletrônicos n. 5004358-38.2024.8.24.0033 ("Desapropriação Parcial"), tendo por objeto parte do imóvel (terreno) matriculado sob n. 12.076 junto ao 1º Ofício de Registro de Imóveis da mesma comarca, de titularidade da Embraer Empresa Brasileira de Edificações S.A., entregue em garantia real de alienação fiduciária, tendo como credora fiduciária a Securitizadora, conforme "Escritura Pública de Constituição de Garantia Real de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia e Outras Avenças", lavrada nas notas do Primeiro Tabelionato de Notas e Protestos da comarca de Itajaí em Camboriú-SC, que integra uma área maior de 339,048m2 (trezentos e trinta e nove mil, quatrocentos e oito metros quadrados); (ii) Caso aprovado o item (i) acima, ratificar que a Devedora constituirá diretamente e juntamente com a cláusula "ad judicium", para agir em qualquer juízo, instância ou tribunal, com todos os poderes para o foro em geral, com vistas à defesa nos autos da Desapropriação Parcial, dispensando a Securitizadora de qualquer atuação neste sentido, em qualquer juízo, instância ou tribunal; (iii) Autorizar a Emissora, o Agente Fiduciário e as demais partes relacionadas à Emissão, conforme aplicável, a praticarem todos os atos necessários para a efetivação e implementação dos itens acima, bem como celebrarem quaisquer aditamentos aos Documentos da Oferta e demais documentos que se façam necessários para a efetivação das matérias eventualmente aprovadas da Ordem do Dia. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitantes que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail [juridico@canalsecuritizadora.com.br](mailto:juridico@canalsecuritizadora.com.br), indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI EMBRAED 43", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a) quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c) quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Fica facultado aos Titulares dos CRI o proferecimento do voto durante a realização da AGT ou através do envio da Instrução de voto, sem rasuras, cujo modelo e instruções de preenchimento podem ser encontrados no site da Securitizadora. Instruções de preenchimento e à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação. São Paulo, 22 de maio de 2024

Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição

## CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

### RERRATIFICAÇÃO DO EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS EM 2ª SÉRIE DA 91ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

A CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com registro de securitizadora S1 perante a Comissão de Valores Mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Professor Atílio Innocenti, nº 474, conjuntos 1009 e 1010, Vila Nova Conceição, CEP 04538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 41.811.375/0001-19, na qualidade de emissora dos CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS EM 2ª SÉRIE DA 91ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO vem, por meio do presente rerratificar o Edital de Convocação publicado em 20 de maio de 2024 no site da Emissora ([www.canalsecuritizadora.com.br](http://www.canalsecuritizadora.com.br)) e o sistema Fundos.net, que passa a vigorar com o seguinte texto: Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 2 (Duas) Séries da 91ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 15 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Série Única da 91ª (Nonagésima Primeira) Emissão da Canal Companhia de Securitização ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunir-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 11 de junho de 2024, às 11:00 (onze) horas de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (I) a inclusão dos termos definidos "Carta de Fiança" e "Valor da Carta Fiança"; (ii) Alteração dos termos definidos "Contratos de Garantia", "Garantias", "Valor do Seguro Garantia" e "Seguradoras Permitidas" do Termo de Securitização, os quais, a partir da data de assinatura do respectivo(s) aditamento(s) a ser assinado(s) e/ou a partir da data de assinatura do(s) respectivo(s) aditamento(s) a ser assinado(s) e/ou a partir da data de assinatura do(s) respectivo(s) aditamento(s), passarão a vigorar com o seguinte texto: "Carta de Fiança": O instrumento por meio do qual o BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A., inscrito no CNPJ sob o nº 31.895.683/0001-16, presta a garantia fiduciária no Valor da Carta de Fiança, contratada pela Devedora (às expensas desta), e que deverá ter como objeto satisfazer quaisquer obrigações assumidas pela Devedora e pelos Garantidores no âmbito dos Documentos da Operação, até a quitação integral das Obrigações Garantidas, observado o Valor da Carta de Fiança, cuja beneficiária deverá ser única e exclusivamente a Securitizadora. [...]. "Contratos de Garantia": São, quando mencionados em conjunto: (i) Lastró, para os fins do Aval e dos Fundos; (ii) Carta de Fiança; (iii) Contratos de AFP; (iv) Contrato de AFP; e (v) Seguro Garantia. [...]. "Garantias": É qualquer garantia (fiduciária ou fiduciária) da Operação, constituída para assegurar o pagamento das Obrigações Garantidas. Para os fins deste instrumento, as Garantias são: (i) Aval; (ii) AFP; (iii) AFP; (iv) Carta de Fiança; (v) Fundos; e (vi) Seguro Garantia. [...]. "Seguradoras Permitidas": São, quando mencionados em conjunto: (i) Potencial Seguradora S.A., sociedade inscrita sob o CNPJ nº 11.699.534/0001-74; (ii) Itaú Seguros S.A., sociedade inscrita sob o CNPJ nº 61.557.039/0001-07; (iii) Banco Daycoval S.A., sociedade inscrita sob o CNPJ nº 62.232.889/0001-40; (iv) Bradesco Vida e Previdência S.A., sociedade inscrita sob o CNPJ nº 51.990.695/0001-37; (v) Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A., sociedade inscrita sob o CNPJ nº 87.376.109/0005-30; (vi) ABC Corretora de Seguros S.A., sociedade inscrita sob o CNPJ nº 19.880.392/0002-30; e (vii) AVILA Seguros Brasil S.A., sociedade inscrita sob o CNPJ nº 41.182.665/0001-40. (ii) a alteração das cláusulas 7.1 e 10.6 do Termo de Securitização, que, a partir da data de assinatura do(s) respectivo(s) aditamento(s), passarão a vigorar com a seguinte redação: [...]. 7.1. Eventos de Vencimento Antecipado. As obrigações da Devedora constantes do Lastró poderão ser declaradas antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, de forma não automática, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Vencimento Antecipado previstos abaixo, observados os prazos de cura aplicáveis: [...]. (iv) Não apresentação, até dia 20 de junho de 2024, da Apólice do Seguro Garantia ou da Carta de Fiança nos termos previstos nos Documentos da Operação; [...]. 10.6. Seguro Garantia ou Carta de Fiança. A Operação contará com a garantia de Seguro Garantia e/ou Carta de Fiança, a ser escolhida a exclusivo critério da Devedora e, para fins de esclarecimento, poderá ser apenas uma ou as duas em conjunto observado o Valor do Seguro Garantia e/ou da Carta de Fiança, até o cumprimento integral das Obrigações Garantidas, sendo certo que os termos e condições de constituição e execução desta garantia estão previstos no Lastró. (iii) A inclusão dos termos definidos "Carta de Fiança" e "Valor da Carta de Fiança" do Lastró; alteração dos termos definidos "Contratos de Garantia", "Garantias", "Valor do Seguro Garantia" e "Seguradoras Permitidas" no Lastró, os quais, a partir da data de assinatura do(s) respectivo(s) aditamento(s), passarão a vigorar com a seguinte redação: [...]. "Carta de Fiança": O instrumento por meio do qual o BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A., inscrito no CNPJ sob o nº 31.895.683/0001-16, presta a garantia fiduciária no Valor da Carta de Fiança, contratada pela Devedora (às expensas desta), e que deverá ter como objeto satisfazer quaisquer obrigações assumidas pela Devedora e pelos Garantidores no âmbito dos Documentos da Operação, até a quitação integral das Obrigações Garantidas, observado o Valor da Carta de Fiança, cuja beneficiária deverá ser única e exclusivamente a Securitizadora. [...]. "Contratos de Garantia": São, quando mencionados em conjunto: (i) Lastró, para os fins do Aval e dos Fundos; (ii) Carta de Fiança; (iii) Contratos de AFP; (iv) Contrato de AFP; e (v) Seguro Garantia. [...]. "Garantias": É qualquer garantia (fiduciária ou fiduciária) da Operação, constituída para assegurar o pagamento das Obrigações Garantidas. Para os fins deste instrumento, as Garantias são: (i) Aval; (ii) AFP; (iii) AFP; (iv) Carta de Fiança; (v) Fundos; e (vi) Seguro Garantia. [...]. "Seguradoras Permitidas": São, quando mencionados em conjunto: (i) Potencial Seguradora S.A., sociedade inscrita sob o CNPJ nº 11.699.534/0001-74; (ii) Itaú Seguros S.A., sociedade inscrita sob o CNPJ nº 61.557.039/0001-07; (iii) Banco Daycoval S.A., sociedade inscrita sob o CNPJ nº 62.232.889/0001-40; (iv) Bradesco Vida e Previdência S.A., sociedade inscrita sob o CNPJ nº 51.990.695/0001-37; (v) Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A., sociedade inscrita sob o CNPJ nº 87.376.109/0005-30; (vi) ABC Corretora de Seguros S.A., sociedade inscrita sob o CNPJ nº 19.880.392/0002-30; e (vii) AVILA Seguros Brasil S.A., sociedade inscrita sob o CNPJ nº 41.182.665/0001-40. (ii) a alteração das cláusulas 7.1 e 10.6 do Termo de Securitização, que, a partir da data de assinatura do(s) respectivo(s) aditamento(s), passarão a vigorar com a seguinte redação: [...]. 7.1. Eventos de Vencimento Antecipado. As obrigações da Devedora constantes do Lastró poderão ser declaradas antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, de forma não automática, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Vencimento Antecipado previstos abaixo, observados os prazos de cura aplicáveis: [...]. (iv) Não apresentação, até dia 20 de junho de 2024, da Apólice do Seguro Garantia ou da Carta de Fiança nos termos previstos nos Documentos da Operação; [...]. 10.6. Seguro Garantia ou Carta de Fiança. A Operação contará com a garantia de Seguro Garantia e/ou Carta de Fiança, a ser escolhida a exclusivo critério da Devedora e, para fins de esclarecimento, poderá ser apenas uma ou as duas em conjunto observado o Valor do Seguro Garantia e/ou da Carta de Fiança, até o cumprimento integral das Obrigações Garantidas, sendo certo que os termos e condições de constituição e execução desta garantia estão previstos no Lastró. (iii) A inclusão dos termos definidos "Carta de Fiança" e "Valor da Carta de Fiança" do Lastró; alteração dos termos definidos "Contratos de Garantia", "Garantias", "Valor do Seguro Garantia" e "Seguradoras Permitidas" no Lastró, os quais, a partir da data de assinatura do(s) respectivo(s) aditamento(s), passarão a vigorar com a seguinte redação: [...]. "Carta de Fiança": O instrumento por meio do qual o BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A., inscrito no CNPJ sob o nº 31.895.683/0001-16, presta a garantia fiduciária no Valor da Carta de Fiança, contratada pela Devedora (às expensas desta), e que deverá ter como objeto satisfazer quaisquer obrigações assumidas pela Devedora e pelos Garantidores no âmbito dos Documentos da Operação, até a quitação integral das Obrigações Garantidas, observado o Valor da Carta de Fiança, cuja beneficiária deverá ser única e exclusivamente a Securitizadora. [...]. "Contratos de Garantia": São, quando mencionados em conjunto: (i) Lastró, para os fins do Aval e dos Fundos; (ii) Carta de Fiança; (iii) Contratos de AFP; (iv) Contrato de AFP; e (v) Seguro Garantia. [...]. "Garantias": É qualquer garantia (fiduciária ou fiduciária) da Operação, constituída para assegurar o pagamento das Obrigações Garantidas. Para os fins deste instrumento, as Garantias são: (i) Aval; (ii) AFP; (iii) AFP; (iv) Carta de Fiança; (v) Fundos; e (vi) Seguro Garantia. [...]. "Seguradoras Permitidas": São, quando mencionados em conjunto: (i) Potencial Seguradora S.A., sociedade inscrita sob o CNPJ nº 11.699.534/0001-74; (ii) Itaú Seguros S.A., sociedade inscrita sob o CNPJ nº 61.557.039/0001-07; (iii) Banco Daycoval S.A., sociedade inscrita sob o CNPJ nº 62.232.889/0001-40; (iv) Bradesco Vida e Previdência S.A., sociedade inscrita sob o CNPJ nº 51.990.695/0001-37; (v) Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A., sociedade inscrita sob o CNPJ nº 87.376.109/0005-30; (vi) ABC Corretora de Seguros S.A., sociedade inscrita sob o CNPJ nº 19.880.392/0002-30; e (vii) AVILA Seguros Brasil S.A., sociedade inscrita sob o CNPJ nº 41.182.665/0001-40. (ii) a alteração das cláusulas 7.1 e 10.6 do Termo de Securitização, que, a partir da data de assinatura do(s) respectivo(s) aditamento(s), passarão a vigorar com a seguinte redação: [...]. 7.1. Eventos de Vencimento Antecipado. As obrigações da Devedora constantes do Lastró poderão ser declaradas antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, de forma não automática, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Vencimento Antecipado previstos abaixo, observados os prazos de cura aplicáveis: [...]. (iv) Não apresentação, até dia 20 de junho de 2024, da Apólice do Seguro Garantia ou da Carta de Fiança nos termos previstos nos Documentos da Operação; [...]. 10.6. Seguro Garantia ou Carta de Fiança. A Operação contará com a garantia de Seguro Garantia e/ou Carta de Fiança, a ser escolhida a exclusivo critério da Devedora e, para fins de esclarecimento, poderá ser apenas uma ou as duas em conjunto observado o Valor do Seguro Garantia e/ou da Carta de Fiança, até o cumprimento integral das Obrigações Garantidas, sendo certo que os termos e condições de constituição e execução desta garantia estão previstos no Lastró. (iii) A inclusão dos termos definidos "Carta de Fiança" e "Valor da Carta de Fiança" do Lastró; alteração dos termos definidos "Contratos de Garantia", "Garantias", "Valor do Seguro Garantia" e "Seguradoras Permitidas" no Lastró, os quais, a partir da data de assinatura do(s) respectivo(s) aditamento(s), passarão a vigorar com a seguinte redação: [...]. "Carta de Fiança": O instrumento por meio do qual o BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A., inscrito no CNPJ sob o nº 31.895.683/0001-16, presta a garantia fiduciária no Valor da Carta de Fiança, contratada pela Devedora (às expensas desta), e que deverá ter como objeto satisfazer quaisquer obrigações assumidas pela Devedora e pelos Garantidores no âmbito dos Documentos da Operação, até a quitação integral das Obrigações Garantidas, observado o Valor da Carta de Fiança, cuja beneficiária deverá ser única e exclusivamente a Securitizadora. [...]. "Contratos de Garantia": São, quando mencionados em conjunto: (i) Lastró, para os fins do Aval e dos Fundos; (ii) Carta de Fiança; (iii) Contratos de AFP; (iv) Contrato de AFP; e (v) Seguro Garantia. [...]. "Garantias": É qualquer garantia (fiduciária ou fiduciária) da Operação, constituída para assegurar o pagamento das Obrigações Garantidas. Para os fins deste instrumento, as Garantias são: (i) Aval; (ii) AFP; (iii) AFP; (iv) Carta de Fiança; (v) Fundos; e (vi) Seguro Garantia. [...]. "Seguradoras Permitidas": São, quando mencionados em conjunto: (i) Potencial Seguradora S.A., sociedade inscrita sob o CNPJ nº 11.699.534/0001-74; (ii) Itaú Seguros S.A., sociedade inscrita sob o CNPJ nº 61.557.039/0001-07; (iii) Banco Daycoval S.A., sociedade inscrita sob o CNPJ nº 62.232.889/0001-40; (iv) Bradesco Vida e Previdência S.A., sociedade inscrita sob o CNPJ nº 51.990.695/0001-37; (v) Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A., sociedade inscrita sob o CNPJ nº 87.376.109/0005-30; (vi) ABC Corretora de Seguros S.A., sociedade inscrita sob o CNPJ nº 19.880.392/0002-30; e (vii) AVILA Seguros Brasil S.A., sociedade inscrita sob o CNPJ nº 41.182.665/0001-40. (ii) a alteração das cláusulas 7.1 e 10.6 do Termo de Securitização, que, a partir da data de assinatura do(s) respectivo(s) aditamento(s), passarão a vigorar com a seguinte redação: [...]. 7.1. Eventos de Vencimento Antecipado. As obrigações da Devedora constantes do Lastró poderão ser declaradas antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, de forma não automática, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Vencimento Antecipado previstos abaixo, observados os prazos de cura aplicáveis: [...]. (iv) Não

STF

# Moraes volta a defender a regulação das redes sociais

JEAN ARAÚJO/AE

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre de Moraes, disse ontem, que as redes sociais precisam ser reguladas e que, para isso, não é necessário a criação de um código extenso, apenas um "artigo na lei ou uma interpretação do Supremo Tribunal Federal".

A fala fez parte do encerramento do Seminário Internacional: Inteligência Artificial, Democracia e Eleições, realizado no TSE.

Segundo o magistrado, a solução para os problemas como a desinformação e os crimes virtuais é simples: as mesmas regras existentes hoje para o mundo real precisam contemplar o ambiente digital. E, para isso, "essa é a regra que deve valer: liberdade com responsabilidade, com a mesma idêntica responsabilidade que existe no mundo real para o mundo virtual", explica.

Ele argumenta que a falta de responsabilização e identifica-

ção dos usuários da internet geram diversos problemas, como o ataque à democracia e o ataque à dignidade das pessoas.

## DESCONTROLE

Para Moraes, as redes sociais apresentam potencial problema por causa da maneira que são usadas. Segundo ele, há um descontrole intencionalmente planejado. "Não é um descontrole total e absoluto anárquico, é um descontrole total e absoluto dirigido. Esse é o grande perigo", afirma.

Segundo o magistrado, caso essa desordem fosse anárquica, haveria problemas, porém menos que os existentes hoje. Para contextualizar a fala, ele argumenta que a Primavera Árabe foi o primeiro evento em que as redes sociais foram utilizadas com fins políticos, pois os manifestantes utilizavam a internet para se comunicarem e organizar os protestos. Após isso, a utilização das plataformas digitais deixou de ser a favor da democracia.

"É óbvio que grandes movi-

mentos políticos não passam despercebidos por grandes grupos, sejam grupos políticos, sejam grupos econômicos. A partir daí se verificou o grande potencial das redes sociais para o bem ou para o mal", diz Moraes, que continua a explicar que começou a haver um interesse econômico sobre as redes a fim de mostrar aos usuários bens que eles possuem interesse. Depois, as plataformas também foram adaptadas para a lógica política.

"Hoje vivemos em bolhas, as pessoas só falam com as que concordam com elas. É uma retroalimentação das mesmas ideias", o que vai de encontro com o que o magistrado diz ser a maior beleza da democracia, "a diversidade de ideias e o debate educado".

Tais ações teriam levado ao aumento dos discursos de ódio e da desinformação, além da polarização de ideias. "Ou é um mundo de Alice, um mundo bobo, ou é um mundo radical. Não existe mais um mundo normal

de discussão, um mundo de análise", pontua.

Moraes aponta que as big techs estão cientes de todos esses problemas e não são inocentes. Elas "não podem dizer que não sabem que estão sendo instrumentalizadas". Talvez, no passado poderiam alegar ignorância, hoje isso não é possível, elas sabem e lutam com isso, afirma.

Ele conta que os discursos contra a regulamentação são "falhos e opacos", alegando que estão garantindo o direito de liberdade de expressão das pessoas e apenas possuem meros repositórios com essas livres manifestações. Entretanto, Moraes pontua o caso dos direitos autorais, que, como há leis que responsabilizam aqueles que utilizam uma produção alheia, as big techs retiram rapidamente do ar algo quando necessário.

O presidente do STF concluiu sua fala e a sessão do seminário ressaltando que a regulamentação é necessária em todo o mundo.

FOROS DIFERENTES

# STF reconhece ações de 'assédio judicial' contra jornalistas

PEPITA ORTEGA/AE

O Plenário do Supremo Tribunal Federal reconheceu na tarde de ontem, o assédio judicial contra jornalistas, definido como o ajuizamento de inúmeras ações a respeito dos mesmos fatos, em foros diferentes, com o intuito ou o efeito de constranger o profissional de imprensa.

Os ministros entenderam que a "responsabilidade civil de jornalistas ou órgãos de imprensa somente estará configurada em caso inequívoco de dolo ou culpa grave (evidente negligência profissional na apuração dos fatos)".

O colegiado estabeleceu que, caso seja caracterizado o 'assédio judicial compromete-

dor da liberdade de expressão, o jornalista ou órgão de imprensa alvo da ofensiva pode pedir à Justiça a reunião das ações em um juízo do local onde reside ou tenha sede o veículo para o qual trabalhe.

A tese foi fixada no julgamento de ações interpostas pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

As entidades alegaram que os autores têm interesse apenas no 'efeito que a enxurrada de ações' causa nos jornalistas. Elas destacaram como processos de reparação de danos materiais e morais são usados de 'forma abusiva', para impedir a livre atuação dos profissionais de imprensa.

FECHAR O STF

# Moraes ironiza Eduardo Bolsonaro: 'Cabo, soldado e coronel estão presos'

ROSINEI COUTINHO/STF



NOMES PROTEGIDOS

# Lula sanciona lei que impõe sigilo a vítimas de violência doméstica

GABRIEL DE SOUSA/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou na terça-feira, uma lei que impõe sigilo judicial ao nome de mulheres vítimas de violência doméstica. A nova regra muda a Lei Maria da Penha, que, atualmente, garante a proteção depois de avaliações feitas pelos juízes de cada processo.

De autoria do senador Fabiano Contarato (PT-ES), a lei garante automaticamente o sigilo do nome de mulheres que sofreram violência doméstica. Na prática, os nomes estarão em segredo de justiça assim

que comecem a tramitar nos tribunais.

Segundo Contarato, o objetivo da lei é garantir que as mulheres saibam que estão protegidas e possuem o direito ao anonimato. "A lei traz mais segurança jurídica no sentido de proteger as vítimas de violência, e esse é o dever do Estado. Além da violência em si, as vítimas não podem ser expostas a outras violações como a da intimidade", afirmou o senador ao *Estadão*.

Apenas os juízes e o Ministério Público poderão conferir os dados das vítimas. Os nomes dos agressores e outras

informações sobre o processo ainda serão públicos. A sanção de Lula foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) de ontem.

A nova lei não entra em vigor de forma imediata. A obrigatoriedade do sigilo ao nome das vítimas vai valer quando a sanção presidencial completar 180 dias, em 18 de novembro.

Hoje, o sigilo é concedido após um pedido feito pela defesa da vítima para a Corte que está julgando o processo, e a proteção é determinada apenas após avaliação do juiz. Desde 2019, a garantia é dada para mulheres que têm dependentes

matriculados em instituições de ensino.

De acordo com o governo federal, a nova lei assegura maior proteção à mulher violentada, preservando a integridade física, mental e psicológica dela. No X (antigo Twitter), Lula disse que a norma evita que as vítimas sejam constrangidas durante o processo judicial. "O PL aprimora a Lei Maria da Penha, tão fundamental no combate à violência contra as mulheres. Mais uma conquista, resultado da persistência e perseverança da luta das mulheres brasileiras", afirmou o presidente nesta terça-feira.

PROPINAS

# Fachin arquiva inquérito sobre Jucá e Renan delatados por Marcelo Odebrecht

PEPITA ORTEGA/AE

O ministro Edson Fachin (foto), do Supremo Tribunal Federal, arquivou um inquérito da Operação Lava Jato sobre suposto pagamento de R\$ 5 milhões em propinas, pela empreiteira Odebrecht, ao ex-senador Romero Jucá e ao senador Renan Calheiros, ambos do MDB, em troca da atuação dos parlamentares na aprovação de uma Medida Provisória em 2013.

O despacho foi assinado na segunda-feira passada, e publicado na terça-feira, mesmo dia em que o ministro Dias Toffoli derrubou todos os atos da Lava Jato contra o empresário Marcelo Odebrecht, um dos principais delatores da Operação.

O inquérito sobre Jucá e Renan agora arquivado foi aberto com base nos relatos de Marcelo, cuja delação premiada segue de pé.

O arquivamento acata parecer da Procuradoria-Geral da República. Segundo Fachin, a medida foi determinada em razão da 'ausência de interesse do Ministério Público' que se manifestou pelo 'esgotamento das linhas de investigação sem corroboração dos fatos investigados'.

A indicação é que os relatos dos delatores não teriam se contrafirmado com as apurações conduzidas desde 2017.



NELSON JR/STF

O parecer da PGR foi apresentado ao STF no dia 25 de abril pelo procurador-geral Paulo Gonet. Ele destacou como os elementos colhidos na investigação "não são suficientes para o oferecimento de denúncia" contra Jucá e Renan.

Gonet apontou a 'falta de perspectiva de obtenção de

novos elementos' e lembrou que os fatos narrados pelos delatores remontam a 2014. Ele apontou falta de 'justa causa' para eventual ação penal contra os parlamentares e também para 'inexistência de outras diligências eficazes a permitir a continuidade das investigações.

KARINA FERREIRA/AE

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes (foto) ironizou ontem, uma declaração do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP), em que o filho "03"

de Moraes (foto) afirmou que seria necessário apenas "um cabo e um soldado" para fechar o STF. Sem citar o nome do deputado, Moraes afirmou que "o cabo, o soldado, o coronel estão todos presos", enquanto o Supremo segue aberto.

A declaração foi dada por Moraes no segundo e último dia do evento sobre inteligência artificial, democracia e eleições do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o qual preside. O ministro falava sobre os ataques golpistas do 8 de Janeiro.

"Todos se recordam que bastava um cabo e um soldado para fechar o STF. O cabo, o soldado, o coronel estão todos presos, e o STF aberto e funcionando. Mas se disse que bastaria um cabo e um soldado", afirmou Moraes. Em seguida, o ministro disse que foram milhares de pessoas que tentaram, atacando as sedes dos Três Poderes, garantir o que chamou de "novo populismo".

"Não foi um cabo e um soldado, foram milhares de pessoas que destruíram o prédio do Supremo Tribunal Federal, para o confronto ao Judiciário, para tentar, exatamente, garantir esse novo populismo."

Durante a campanha presidencial em 2018, Eduardo Bol-

sonaro, em uma palestra para alunos de um curso preparatório para o concurso da Polícia Federal (PF), afirmou que "você não manda nem um Jipe", se o objetivo for fechar a Corte.

O contexto era uma possibilidade de a candidatura de Bolsonaro, na época presidencial, ser barrada pelo STF, o que Eduardo afirmou que seria um caso de exceção. "Aí eles vão ter que pagar para ver. Será eles que vão ter essa força mesmo? O pessoal até brinca lá: se quiser fechar o STF sabe o que você faz? Você não manda nem um Jipe, manda um soldado e um cabo. Não é querendo desmerecer o soldado e o cabo. O que é o STF cara? Tira o poder da caneta de um ministro do STF, o que ele é na rua?", disse o filho do ex-presidente, na época.

No seminário desta quarta, o ministro afirmou que os populistas extremistas têm atacado os instrumentos que garantem a democracia, no caso, o sistema eleitoral, usando as redes sociais para propagar notícias falsas e desinformação sobre as urnas eletrônicas.

"Eu sou um democrata, o povo me ama, olha quantas pessoas eu levo para a rua. Se não ganhei a eleição, houve fraude", disse Moraes, parafraseando o que os líderes populistas e extremistas alegam. Como exemplo de onde isso ocorreu, o ministro citou os Estados Unidos e o Brasil, referindo-se à tentativa de descredibilização das urnas promovida pelo ex-presidente Jair Bolsonaro.

## DOENÇA

## Rio começa a aplicar segunda dose da vacina da dengue em crianças

A Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro inicia, hoje, a aplicação da segunda dose da vacina contra a dengue para crianças e adolescentes de 10 a 14 anos. A vacina estará disponível em todas as 238 unidades de atenção primária do município a partir das 14h.

De acordo com orientação do Ministério da Saúde, a segunda dose da vacina deve ser aplicada em crianças e adolescentes que tomaram a primeira há três meses, conforme a data da dose inicial aplicada. A faixa etária da campanha foi selecionada pelo ministério por apresentar maior risco de hospitalização pela doença.

A campanha de vacinação contra a dengue para este público-alvo começou no dia 23 de fevereiro e, até o final da primeira etapa, aplicou mais de 130 mil doses do imunizante. A partir desta quinta-feira, crianças e adolescentes podem ir até uma unidade de saúde para completar o esquema vacinal, respeitando o intervalo de três meses da primeira dose, conferindo no seu comprovante vacinal a data marcada para a segunda dose.

Para receber a segunda dose, o menor de idade deve estar, preferencialmente, acompanhado de um responsável e apresentar documento de identidade e comprovante de vacinação, se disponível. A expecta-

tiva é que todas as crianças e adolescentes que tomaram a primeira dose do imunizante completem o esquema vacinal, inclusive aquelas que já tiveram dengue. Quem teve quadro recente da doença deve aguardar seis meses desde o início dos sintomas para receber a primeira dose da vacina e 30 dias para aplicação da segunda dose (se o quadro de dengue foi após a aplicação da primeira dose).

As contraindicações para o imunizante são para quem teve alergia grave a um dos componentes da vacina ou após uma dose anterior desta, indivíduos imunocomprometidos, indivíduos com infecção por HIV sintomática e gestantes ou em período de amamentação.

Segundo balanço divulgado terça-feira passada, o Brasil já registra 5.100.766 casos prováveis de dengue em 2024. O número representa mais que o triplo de casos prováveis da doença identificados ao longo de todo o ano passado, 1.649.144.

Dados do painel de monitoramento de arbovírus mostram que o país registra ainda 2.827 mortes por dengue e 2.712 óbitos em investigação. O coeficiente da doença, neste momento, é 2.511 casos para cada grupo de 100 mil pessoas. A letalidade em casos prováveis é 0,06 e a letalidade em casos de dengue grave é 4,83.

## CAPOTAMENTOS

## Perseguição termina com quatro mortos

MARCIO DOLZAN/AE

Uma perseguição policial que se estendeu por mais de 25 quilômetros terminou com quatro mortos após os dois veículos capotarem no Jardim Botânico, bairro da zona sul do Rio, na madrugada de ontem. Entre os mortos estão dois policiais militares.

A perseguição começou após um veículo furar uma blitz no Km 19,5 da Linha Vermelha, na zona norte da cidade. Quatro policiais militares entraram em duas viaturas e começaram uma perseguição, que atravessou a cidade e terminou com o acidente na zona sul.

Segundo a Polícia Militar, os suspeitos fugiram pela Linha Vermelha e, após cruzarem o Túnel Rebouças, capota-

ram na agulha em curva, que é de descida. Uma das viaturas também capotou no local. Os dois ocupantes do carro em fuga e os dois PMs que estavam na viatura morreram.

Os PMs eram lotados no Batalhão de Policiamento em Vias Expressas (BPVE). As vítimas eram dois soldados: Bruno Paulo da Silva, que deixa esposa, um filho de 15 anos e um de dois anos; e Bruno William Batista de Souza Ribeiro, que também era casado e tinha um filho de 4 anos.

No início da manhã, a perseguição continuava no local. O túnel chegou a ser bloqueado, mas teve o tráfego liberado por volta das 7h. Os suspeitos ainda não haviam sido identificados até a publicação desta matéria.

## MEMORIAL COVID

## Fiocruz escolhe projeto que valoriza a ciência

O Concurso Memorial Covid-19 Fiocruz anunciou o projeto vencedor do espaço que vai homenagear as vítimas dos efeitos da pandemia. Reconhecida em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a pandemia foi oficialmente encerrada em 5 de maio de 2023. Durante esse período, foram registrados mais de 765 milhões de casos e quase 7 milhões de mortes em todo o mundo.

A competição, organizada em conjunto com o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-RJ), escolheu a proposta de uma equipe paulista, formada por Paulo José Tripoloni, Pablo Mora Peludo, Gabriel Costa Dantas e Fernanda Macedo Haddad. O júri considerou o trabalho apresentado por unir circulação e contemplação, além de demonstrar sensibilidade e entendimento sobre o memorial e o sofrimento a que ele remete. Também foi destacado como o projeto reforça o

papel da ciência e como narra de forma poética as fases do evento pandêmico.

Na segunda colocação, ficou a equipe composta por Gabriela Giraldez Barros, Guilherme Albamonte Mejias, Pedro Augusto Galbiati Silva Giachini, Danielle Mascaro Pioli e Norma Mejias Quinteiro.

O júri concedeu ainda cinco menções honrosas, entregues às equipes lideradas pelos seguintes responsáveis técnicos: Eron Costin (PR), Antonio Roberto Zanolla (SP), Maria Cristina Motta Oliverio (SP), Matheus Augusto de Oliveira e Carvalho (DF) e Duarte Vaz Guedes e Silva (RJ).

“As propostas oferecidas responderam bem ao edital e seguramente tanto a Fiocruz quanto o IAB-RJ estarão oferecendo à sociedade um espaço de memória”, disse Marcela Abla, presidente do Departamento Rio de Janeiro do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-RJ).

## GUERRA NO ORIENTE

# Noruega, Espanha e Irlanda querem um Estado Palestino

Espanha, Irlanda e Noruega declararam ontem, que irão reconhecer a existência do Estado Palestino no dia 28 de maio, um passo adiante na aspiração palestina. A decisão foi tomada em meio à indignação internacional com o número de civis mortos e a crise humanitária na Faixa de Gaza após a ofensiva israelense.

As decisões quase simultâneas dos dois países-membros da União Europeia e da Noruega podem gerar um movimento de reconhecimento do Estado Palestino por outros países da UE e poderia estimular novas medidas na ONU, aprofundando o isolamento de Israel. Malta e Eslovênia, que também estão entre os 27 países da UE, podem seguir o mesmo caminho.

A decisão da ONU de 1948 que criou Israel previa um Estado Palestino vizinho, mas cerca de 70 anos depois, o controle dos territórios palestinos permanece dividido, e as candidaturas feitas para uma adesão à ONU têm sido negadas.

Os Estados Unidos, o Reino Unido e outros países do ocidente apoiaram a ideia de um Estado Palestino independente existindo ao lado de Israel como solução para o conflito mais complexo do Oriente Médio, mas eles insistem que isso deveria ocorrer por meio de um acordo negociado. Não houve nenhuma nego-

ciação significativa desde 2009.

Embora os países da UE e a Noruega não reconheçam a existência de um Estado, apenas a possibilidade da existência dele, o simbolismo ajuda a melhorar a posição palestina internacional e coloca mais pressão sob Israel para iniciar negociações sobre o fim da guerra.

Além disso, o movimento dá um destaque adicional à questão do Oriente Médio antes das eleições do Parlamento Europeu em 9 de junho, quando 370 milhões de pessoas são elegíveis a votar e uma ascensão gradual da extrema direita está nos planos.

A pressão diplomática sobre Israel cresceu à medida que o confronto contra o Hamas chega ao seu oitavo mês. A Assembleia Geral da ONU votou por uma margem significativa no dia 11 de maio para garantir novos "ditos e privilégios" para a Palestina em um sinal de crescente apoio internacional à votação pela adesão plena e votante. A Autoridade Palestina atualmente tem status de observador.

Os líderes da Espanha, Malta e Eslovênia disseram em março que eles estavam considerando reconhecer um Estado Palestino como "uma contribuição positiva" para terminar a guerra.

O primeiro-ministro espanhol Pedro Sánchez declarou nesta quarta-feira: "esse reconhecimento não é contra nin-

guém, não é contra o povo israelense", disse. "É um ato a favor da paz, justiça e consistência moral."

Embora dezenas de países já reconheceram a Palestina, nenhuma das potências do Ocidente já fez isto até agora, e não está claro o quanto de diferença pode fazer o movimento dos três países.

Mesmo assim, esse reconhecimento marca uma significativa conquista para os palestinos, que acreditam que isso confere legitimidade internacional a sua luta.

Pouco mudaria em seu território a curto prazo. Conversações sobre paz estão paralisadas, e o governo linha-dura de Israel tem batido o pé contra a criação de um Estado Palestino.

Israel reagiu rapidamente ontem à decisão, convocando os embaixadores da Irlanda, Noruega e Espanha. O governo israelense critica a conversa de independência palestina como uma "recompensa" ao ataque do Hamas em 7 de outubro no sul de Israel, que matou 1,2 mil pessoas e teve outras 250 sequestradas. O país rejeita qualquer medida para legitimar a Palestina internacionalmente.

Passos como esse dado pelos três países europeus nesta quarta-feira irão endurecer o posicionamento palestino ou minar o processo de negociação, diz Israel, insistindo que todas essas

questões deveriam ser resolvidas por meio de negociações.

Israel frequentemente responde a decisões de países estrangeiros consideradas contrárias aos seus endereços convocando os embaixadores desses países e também punindo os palestinos por meio de medidas como o congelamento de impostos para a Autoridade Palestina, que está sem dinheiro.

Cerca de 140 países já reconheceram a Palestina, mais de dois terços dos membros da ONU. Alguns dos países mais poderosos já sinalizaram que seu posicionamento poderia evoluir em meio aos protestos sobre as consequências da ofensiva de Israel em Gaza, que já matou de 35 mil palestinos de acordo com o Ministério da Saúde de Gaza. O ministério não distingue civis e combatentes em sua conta.

O Secretário de Estado das Relações Exteriores do Reino Unido, David Cameron, disse que nenhum reconhecimento da Palestina poderia ocorrer enquanto o Hamas permanece em Gaza, mas poderia acontecer enquanto as negociações de Israel com líderes palestinos estivessem em progresso.

O presidente francês Emmanuel Macron disse em fevereiro que não é um "tabu" para a França reconhecer um Estado Palestino.

# 'Aliados do genocídio' rechaçam defesa de criação de Estado Palestino

Os Estados Unidos declararam ontem, que a criação de um Estado Palestino deve acontecer por meio de "negociações diretas" entre os envolvidos, e não por um "reconhecimento unilateral", rejeitando a iniciativa da Espanha, da Irlanda e da Noruega de reconhecer um Estado Palestino.

"O presidente (Joe Biden) é um forte apoiador de uma solução de dois Estados e tem sido

assim ao longo de sua carreira", disse um porta-voz do Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos para a CNN. "Ele acredita que um Estado Palestino aconteceria por meio de negociações diretas entre as duas partes, não pelo reconhecimento unilateral."

O anúncio feito pelos três países europeus nesta quarta-feira, embora simbólico, aprofunda o isolamento de Israel de-

pois de quase oito meses de guerra contra o grupo terrorista Hamas na Faixa de Gaza.

Como reação, Binyamin Netanyahu convocou os embaixadores dos três países, acusando os europeus de "recompensarem" o Hamas pelo ataque de 7 de outubro.

Também em resposta, o Ministro de Segurança Nacional de Israel, Itamar Ben-Gvir, fez uma visita ao complexo da mesquita

de Al-Aqsa - um ponto crítico em Jerusalém que é sagrado para muçulmanos e judeus, que se referem a ele como o Monte do Templo Na visita, declarou: "nós não permitiremos sequer uma declaração sobre o Estado Palestino", disse.

O governo de Netanyahu opõe-se à criação de um Estado Palestino e afirma que o conflito só pode ser resolvido através de negociações diretas.

## 4 DE JULHO

# Primeiro-ministro do Reino Unido antecipa eleições e dissolve Parlamento

O primeiro-ministro do Reino Unido, Rishi Sunak, convocou eleições antecipadas no país ontem. Sunak também dissolveu o Parlamento.

As novas eleições, segundo Sunak, acontecerão em 4 de julho - pelo calendário atual, o pleito deveria acontecer em janeiro de 2025. Com isso, o Reino Unido poderá ter seu quarto primeiro-ministro em um período de 22 meses, caso Sunak não seja reeleito.

O anúncio pegou de surpresa até membros de sua sigla, o Partido Conservador. Sunak assumiu o poder no fim de 2022, após o desastroso mandato de Liz Truss, que durou apenas 49 dias por causa de suas políticas econômicas que abalaram os mercados financeiros. Truss havia sido escolhida pelos membros do partido após Boris Johnson ser destituído por uma série de escândalos.

Para alguns analistas, trata-se de um gesto ousado do premiê, que em pesquisa recente da YouGov um índice de avaliação negativa superior a 70%. A impopularidade de seu governo seria, aliás, um dos principais motivos para a realização das votações agora.

## DATA

Sunak definiu o dia 4 de julho como a data para uma eleição

nacional que determinará quem governará o Reino Unido, escolhendo um dia de boas notícias econômicas para instar os eleitores a dar mais uma chance ao partido Conservador. "Agora é o momento para o Reino Unido escolher seu futuro", disse Sunak.

O partido de centro-direita de Sunak viu seu apoio diminuir constantemente após 14 anos no poder. A legenda lutou para superar uma série de crises, incluindo uma recessão econômica após o Brexit, escândalos de ética e uma dança das cadeiras de líderes nos últimos dois anos.

O Partido Trabalhista de centro-esquerda é favorito nas pesquisas para derrotar o partido de Sunak. A especulação sobre uma eleição iminente aumentou depois que Sunak convocou uma reunião do Gabinete para a tarde de quarta-feira - em vez da usual terça-feira - e o Secretário de Relações Exteriores, David Cameron, voltou mais cedo de uma viagem à Albânia para participar.

## CRISE

A eleição será realizada em meio à uma crise provocada pelo aumento do custo de vida dos britânicos e profundas divisões sobre como lidar com imigrantes e requerentes de asilo que fa-

zem travessias arriscadas do Canal da Mancha para a Europa.

O anúncio veio no mesmo dia em que os números oficiais mostraram que a inflação no Reino Unido havia caído acenadamente para 2,3%, seu nível mais baixo em quase três anos, impulsionado por grandes quedas nas contas domésticas.

A queda em abril marca o maior progresso até o momento nas cinco promessas feitas por Sunak em janeiro de 2023, incluindo reduzir a inflação pela metade, que havia subido para mais de 11% no final de 2022. Sunak saudou o novo número como um sinal de que seu plano estava funcionando.

"O dia de hoje marca um grande momento para a economia, com a inflação de volta ao normal", disse Sunak nesta quarta-feira. "Dias mais brilhantes estão à frente, mas apenas se nos atermos ao plano para melhorar a segurança econômica e a oportunidade para todos."

## ELEIÇÃO

Eleitores em todo o Reino Unido escolherão todos os 650 membros da Câmara dos Comuns para um mandato de até cinco anos. O partido que comandar a maioria na Câmara dos Comuns, sozinho ou em

coalizão, formará o próximo governo e seu líder será o primeiro-ministro.

O líder trabalhista Keir Starmer, ex-promotor-chefe para a Inglaterra e o País de Gales, é o atual favorito, por causa da série de derrotas que ele ajudou a infligir nos conservadores em eleições locais no início deste mês.

Os conservadores também perderam uma série de eleições especiais para assentos no Parlamento este ano, e dois de seus legisladores recentemente mudaram para o Partido Trabalhista.

Aproveitando o sucesso de seu partido nas eleições locais, Starmer, 61, anunciou na semana passada uma plataforma focada em estabilidade econômica após anos de inflação crescente enquanto tenta conquistar eleitores desiludidos.

Ele também prometeu melhorar a segurança de fronteira, recrutar mais professores e policiais e reduzir as longas listas de espera em hospitais e clínicas médicas em todo o país.

As eleições no Reino Unido devem ser realizadas no máximo a cada cinco anos, mas o primeiro-ministro pode escolher convocar eleições dentro desse período. Sunak, 44, tinha até dezembro para convocar uma eleição. A última foi em dezembro de 2019.